

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO Nº 21/2022

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO Nº 21/2022, que faz o **MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 07.587.975/0001-07, com sede no Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, Crato/CE, através da **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, neste ato representado pela

[REDACTED] doravante denominado de contratante e do outro lado a empresa **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO/HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS** inscrita no CNPJ Nº 60.975.737/0054-63, com sede na Rua Cel. [REDACTED]

[REDACTED] mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente termo aditivo fundamenta-se no art. 57, inciso II da lei 8.666/93 e alterações posteriores, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E REPASSE DE RECURSO COMPLEMENTAR AO CUSTEIO ESTABELECIDO PELA PORTARIA Nº 2.498/GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, REFERENTE AO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO, NA REDE CEGONHA, DE 10 (DEZ) LEITOS DE UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO NEONATAL - UTIN, TIPO II, PREVISTOS NO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE CEGONHA DO ESTADO DO CEARÁ, APROVADO POR MEIO DA PORTARIA Nº 1.286/GM/GS, DE 22 DE JUNHO DE 2012., oriundo da TERMO DE REPASSE**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste termo de aditivo a PRORROGAÇÃO por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente prorrogação de prazo é uma prerrogativa da administração pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. Conforme reza o texto do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II- a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração

prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses. (Redação dada pela lei Nº 9.648/98).

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Todas as demais cláusulas do contrato inicial que não tenham sido modificadas por este aditivo, permanecem em pleno vigor.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam as partes CONTRATANTES, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Crato/CE, 29 de 11 de 2024.

2. _____
NOME

CPF